

PEDRO PEREIRA LEITE



Carta do Património

instrumento de participação no urbanismo

Informal Museology Studies nº 6

Summer 2014



Ficha Técnica:
Informal Museology Studies
Papers on Qualitative Research
Issue 6 – Summer 2014
Directory
Pedro Pereira Leite
ISSN – 2182-8962
Editor: Pedro Pereira Leite
Publisher: Marca d' Água: Publicações e Projetos
Redaction: Casa Muss-amb-ike
Ilha de Moçambique,
3098 Moçambique
Lisbon: Passeio dos Fenícios, Lt. 4.33.01.B 5º Esq.
1990-302 Lisbon –Portugal

Conteúdo

A carta do património e os instrumentos de participação no urbanismo	4
A Carta do Património e o Espírito do Lugar	6
O Caso da Igreja da Graça em Lisboa: modos de olhar para o património.....	9
A questão biográfica nos estudos urbanos	23
Bibliografia	31

A carta do património e os instrumentos de participação no urbanismo

Ao longo de três anos (2011 e 2013) regemos na Universidade Lusófona de Lisboa a Cadeira de Urbanismo e Património. Uma atividade que iniciamos em substituição do nosso colega e amigo Alfredo Tinoco¹ pelo seu prematuro falecimento, e que interrompemos por imperativo legal. Na sequência do nosso projeto de Investigação "Heranças Globais: A Inclusão dos Saberes das Comunidades no Desenvolvimento dos Territórios, que realizamos na Universidade de Coimbra², por uma estranha bizzarria da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, os investigadores não podem exercer atividades docentes em cursos de graduação. Tratava-se duma elevada responsabilidade. Herdamos uma disciplina da Licenciatura em Urbanismo e Planeamento Territorial que já se encontrava estruturada e que era lecionada com mestria pelo Alfredo que tantas marcas havia deixado nos seus alunos.

Estávamos preparados. Ao longo de dez anos desenvolvemos intensa atividade profissional no âmbito do planeamento territorial, sempre com um papel na avaliação e diagnóstico da sociologia urbana, na análise das redes sociais, da génese da morfologia urbana, na análise de estrutura e funcionamento das redes de equipamentos coletivos, na elaboração das condicionantes patrimoniais da intervenção urbana. Foi um trabalho exigente onde ganhamos uma consciência sobre a complexidade da questão patrimonial.

Ao nível da formação académica a cadeira de Urbanismo e Património, na abordagem que lhe fazia Alfredo Tinoco e com a qual me identifico, propunha um reflexão que juntava a técnica (de planear) com a capacidade de entender o território e a comunidade que usa esse o espaço. Uma proposta de uma filosofia de ação que juntava a ética, a estética e a técnica, que constitui uma forma de pensar o espaço muito pouco desenvolvida na academia.

Defende-se que a intervenção patrimonial é uma oportunidade de intervir no espaço através da valorização das heranças e memórias que nele confluem: Heranças geológicas e sociais, memórias das diferentes comunidades que inscreveram as suas marcas no espaço.

¹ Alfredo Tinoco (-1949 2010). Historiador. Veja-se <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/222>

² <http://globalherit.hypotheses.org/>

Como processo de gestão, é uma oportunidade e uma força de ação. Em Portugal é vulgar a questão patrimonial ficar reduzida a uma lista de objetos notáveis, incluídos num articulado legal, que delimita as respetivas interdições. Sendo necessário, por imperativos legais que essas condicionantes fiquem delimitadas, propomos que cada plano urbano deve conter uma "**Carta do Património**" como proposta de ação e gestão urbana. Este artigo visa demonstrar a sua relevância

A Carta do Património e o Espírito do Lugar

A proposta da carta do património é um processo de olhar para as heranças dum espaço como uma procura do “*espírito do lugar*”. O que é que em cada lugar é específico espaço e ao mesmo tempo é pertence de todos os outros lugares. Partir da dinâmica do território (da sua história e dos seus utilizadores) para apresentar propostas para os caminhos do presente. Trabalhar a herança que se centra no ser humano e se destina ao ser humano.

Trabalha-se assim a “*poética do espaço*”, como propôs Gaston Bachelard (Bachelard, 1994), como elemento de compreensão do essencial para procurar criar espaço urbano qualificado e competitivo. Uma intervenção centrada na escala humana e nos recursos disponíveis. Partindo do que existe para criar inovação no espaço urbano.

Essa proposta de uma **Carta do Património** como instrumento e como princípio da intervenção patrimonial no território torna-se um exercício de participação cidadã no território, que parte da cartografia das diferentes dimensões dos objetos patrimoniais, as relevâncias formais e informais no espaço e a os marcadores de memória nos discursos dos utilizadores dos espaços, com o propósito de gerar uma ação. Uma ação patrimonial que resulta de escolhas e decisões partilhadas pelos diferentes atores sociais.

Orientamos a organização curricular da disciplina de “Urbanismo e Património” em torno da relação entre o “urbanismo”, enquanto arte e técnica de fazer cidade, com o “património”, enquanto metodologia de trabalho sobre as heranças do território para produzir inovação social. As questões de relevância situam-se na resolução de equação (ou se preferir do problema) de como é que a arte de pensar o espaço se relaciona com as heranças patrimoniais vividas como possibilidade de ação.

Os objetivos pedagógicos foram definidos como permitir ao aluno conhecer e refletir as principais noções teóricas e as metodologias de trabalho sobre o património no projeto urbano. A metodologia da construção da carta do património é apresentada como ferramenta de diagnóstico patrimonial e como fundamento do planeamento participado e da gestão do espaço em articulação com os demais instrumentos urbanísticos. A elaboração duma carta do património num dado espaço territorial concretiza o processo de planeamento e fornece um programa de ação e gestão.

Do ponto de vista formal a disciplina não oferece dificuldades de maior. O seu grande desafio está em relacionar as dinâmicas da cidade na época da globalização com a cristalização dos objetos patrimoniais. A dinâmica urbana é complexa e produz, no âmbito dos processos de globalização uma complexidade de transformações e uma acentuada metamorfose nos usos do espaço. Quer ao nível dos materiais, quer ao nível dos fluxos internos, nos modos de vida dos seus habitantes, nas suas relações com a envolvente, imediata a longínqua, Como tudo isso se conjuga com as dinâmicas patrimoniais na globalização.

Como notou Françoise Choay na sua Alegoria do Património a objeto patrimonial tem vindo a metamorfosear-se no âmbito do processo de globalização (Choay, 2008). O processo patrimonial na era da globalização resulta de três relações Uma relação transitiva, uma relação semântica, e uma relação mnemónica. A ideia do património assume uma complexidade que é construída na manifestação do tempo no presente. Como é que determinados objetos são dotados de significados que geram normas de ação. A ideia de objeto patrimonial está em transição permanente. De antiguidades, a relíquias, de monumentos a património, para neste nosso tempo se ter fragmentado na pluralidade da ideia de "patrimónios". Se tudo tende a ser património, o que é afinal esse património.

Essa transitividade que se manifesta na complexa construção do seu objeto, também se liga com a complexidade da sua relação semântica. O que é definido como património, inicialmente feito por colégios de especialidades que definiam o que era e como se trabalhava, o seu significado não só passou a ser apropriado por diferentes escolas como a própria sociedade se apropriou da sua ideia e exerce uma ação política, escolhendo determinados objetos. O valor que está embutido na sua relação semântica enquanto objeto que materializa uma ideia relevante pode variar não só em função de quem o enuncia, como também pode variar em função de quem e como dela se apropria, usando como catalisador de ações políticas.

Finalmente essa relação complexa que resulta da relação do homem com a natureza, que deixa traços no espaço que se vai metamorfoseando ao longo do tempo, é também uma relação complexa da memória das comunidades com o seu passado e com o seu presente. Como nota Choay, trata-se duma leitura do passado feita num determinado presente, que gera uma ação e que tem como pressuposto uma vontade de futuro.

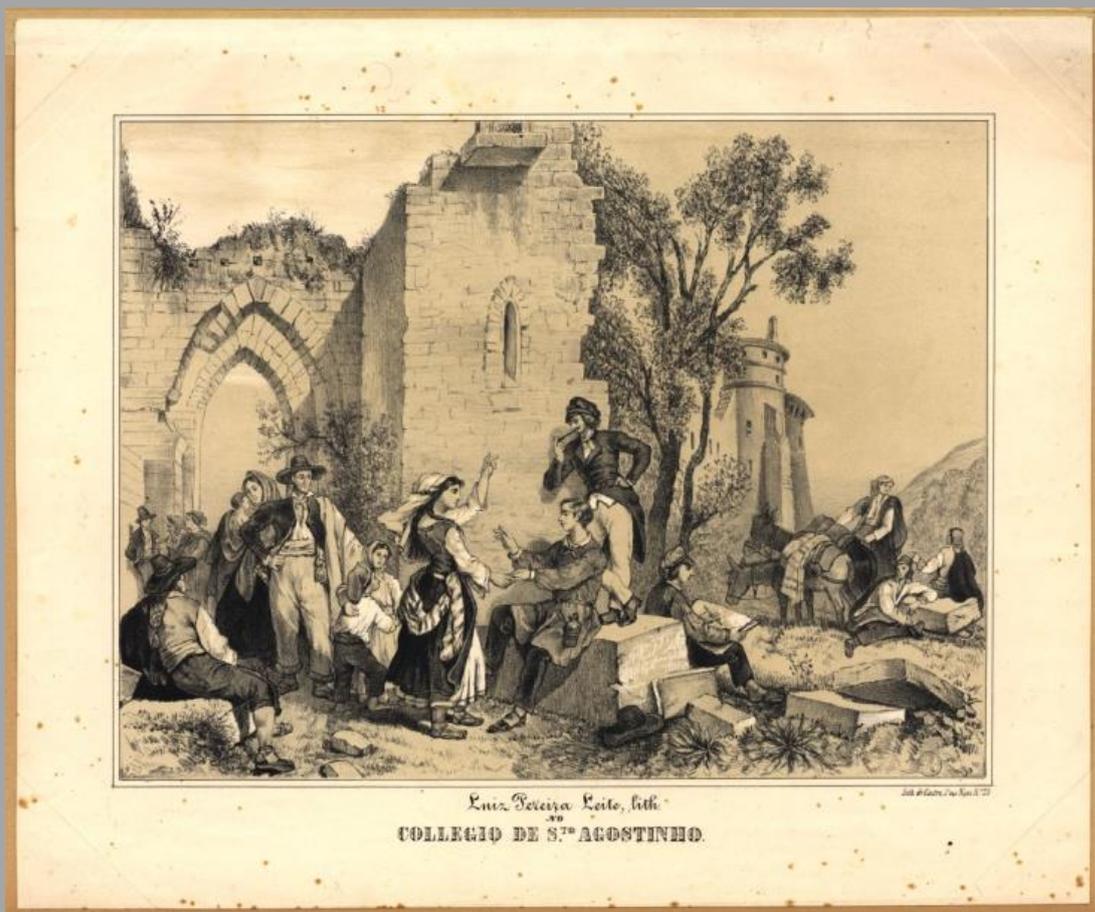
A compreensão destes três níveis de relação que constituem o desafio que colocamos aos alunos. Um desafio que procuramos concretizar a partir da sua experiência de olhar e sentir o espaço, de o procurar entender. Primeiro através do seu sentir, para depois procurar interagir com os outros na busca dum modo de sentir coletivo.

Essa experiência de observar o espaço para identificar relevâncias que se traduzem num "*diagnóstico patrimonial*" vai posteriormente permitir cruzar as normas e regulamentos existentes, identificar vontades de ação, que permitem criar uma síntese "*o conceito gerador*" a partir do qual se desenvolve a construção do compromisso, que tem como resultado o programa de intervenção. A Carta do Património materializa esses instrumentos de intervenção urbana, relacionando-se com os demais instrumentos de planeamento.

O Caso da Igreja da Graça em Lisboa: modos de olhar para o património

Para tornar clara a abordagem da complexidade que procuramos apresentar, partimos dum caso prático. Trata-se dum caso frequentemente citado, localizado numa zona central de Lisboa o Bairro da Graça. A sua proximidade às áreas patrimoniais do centro histórico, tais como o Castelo e o Bairro de Alfama, a Baixa Pombalina, o Bairro Alto e mais recentemente a Mouraria, não motivaram contudo o entusiasmo patrimonial destes outros espaços. É um espaço que, por assim dizer se encontra num estado transitivo, entre as intervenções patrimoniais pré-globalização e da era da globalização.

Para iniciar a apresentação dos trabalhos e criar uma primeira aproximação com a complexidade, apresentamos uma litografia que se intitula "colégio de santo Agostinho".



Trata-se dum trabalho que se encontra depositado na Biblioteca

Nacional de Lisboa, disponível no arquivo digital³ da autoria do Mestre Luiz Pereira Leite, que terá sido publicada em 1850.

Mestre Luiz Pereira Leite viveu em Lisboa entre 1828 e 1893, no popular Bairro de Santa Catarina, onde dispunha duma oficina de litografia no Largo do Poço Novo. O mestre é também meu trisavô pela linha paterna, o que releva nestas questões o problema das relações biográficas que mais para frente detalharemos. Se a autoria chamou a minha atenção, consolidando uma informação que corria por via das histórias contadas pelo meu pai, sobre a veia artesã da família, a situação representada, que agora apresentamos é o que queremos agora relevar como ponto de partida para a análise da poética do espaço.

Como podemos observar, na gravura, sob o cenário da ruína duma igreja, representa-se uma cena popular, numa situação de que a classificação bibliográfica classifica como "Romaria"⁴. As personagens, coerentes com o tempo nos trajes observa-se uma personagem feminina em comunicação para um outro personagem sentado sobre um paralelepípedo caído. Por detrás deste, no que pode ser um auto-retrato do autor, um jovem desenha a cena numa prancha. A análise dos detalhes deste tipo de representações são relevantes para cartografar um tempo e os seus costumes e personagens. Ainda que por vezes os cenários representados não sejam rigorosos, pois nem sempre a intenção terá sido retratar o lugar, mas sim ilustrar uma ideia, este tipo de documento pode ser um instrumento auxiliar da análise do tempo e do espaço. Há que ter prudência na análise pois o artesão, para ajustar a harmonia da representação pode ajustar detalhes.

Contudo, nesta representação que analisamos tudo leva a querer que a partir dos elementos formais se possa considerar que há alguma experiência vivenciadas pelo autor. Foi por essa razão que nos levou a procurar identificar onde é que se localizava o tal colégio de Santo Agostinho, que ao que a gravura sugere, se encontra representado em ruína como cenário. Era vulgar, nas Lisboa oitocentista, nos dias quentes de verão, fazerem-se romarias aos lugares mais arejado pela frescura, levar alguns mantimentos para encher o estômago e saciar a sede.

³ <http://purl.pt/4639>

⁴ BNL Biblioteca Digital, E 1179 V

E aquilo que começou por ser uma curiosidade acabou por se transformar numa surpresa, pois o Colégio de Santo Agostinho, representado na Litografia, é hoje conhecido como Convento da Graça, no pitoresco bairro homónimo sobranceiro ao Castelo de São Jorge. Trata-se duma área hoje central da cidade. Uma parte da Lisboa antiga, que sempre pensei de génese medieval. Ora, na representação, a ruína surge num espaço ermo, quase rural o que revelava pouca conformidade com a tal génese medieval. A ruína, essa seria mais coerente, pois como sabemos, em 1834 são extintos e abandonados os conventos religiosos, revertendo os seus bens para o erário público.



Ilustração 1-William Clark, 1840, Lisbon, Society for the Diffusion of Useful Knowledge

Na busca desta aparente contradição fui-me dedicando, nos tempos livres, a procurar identificar o local e compreender de que forma a ideia de património formando. Com efeito, na imagem acima, de um Viajante Inglês a Lisboa em 1840, pode-se verificar que o convento da Graça, em segundo plano à esquerda não surge em estado de Ruína que a litografia deixa antever.

Havia que observar com uma maior atenção o que nos chegou até hoje para entender a dinâmica do espaço. Hoje, a igreja e antigo convento apresentam um uso múltiplo. Na imagem, numa fotografia tirada da colina Castelo sobre o miradouro da Graça, verifica-se o torreão do sino, em ângulo reto da nave principal. Uma imagem que não varia muito da imagem que existe nos Arquivos da CML dos anos sessenta da autoria de Luís António Serôdio.



Para além desse elemento formal, o espaço ganhou alguma centralidade na vida urbana. O seu miradouro, rebatizado como de Sophia de Mello Breyner⁵, a poetisa que viveu nesse bairro, e que é hoje frequentado por gente nova e turista, dada a vista soberba sobre a cidade, sobretudo ao entardecer. Na sequência da implantação da República, em 1911, o espaço conventual foi novamente encerrado (a primeira vez foi em 1832, tendo-se verificado o seu retorno a partir do último quartel do século XIX). Nele serão entretanto instalados os serviços de inspeção de mancebos para incorporação no Serviço Militar Obrigatório. Trata-se dum espaço nobre da cidade, de uso coletivo. A sua evolução na cidade conta-se em breves palavras.

Na conquista da Cidade de Lisboa em 1147, Afonso Henriques, aquele que foi o primeiro rei de Portugal, instala aí o seu acampamento militar. No lugar que ficou conhecido como a Almofala⁶. Esse será o seu nome primitivo e esse será o lugar onde a igreja e o convento virão a ser construídos cerca de cem anos depois, para nele ser instalado a ordem de Santo Agostinho dos Ermitas Descalços. Sabemos também que o edifício que hoje vemos é uma construção do século XVIII⁷, na sequência da destruição do edifício anterior no terramoto de 1755. Para além das questões relativas à localização do edifício, o que nos interessa fundamentalmente é verificar como é que o espaço evolui, qual é a relação dos edifícios com a paisagem e de que forma é que essa memória é mantida e vivida na comunidade.

⁵ Sophia de Mello Breyner Anderson (1919-2004). A poetisa viveu num prédio sobranceiro à colina. A poetisa escreve sobretudo sobre o mar, a natureza. Apesar da cidade e assumir alguma importância na sua obra, não se constitui como um elemento estético.

⁶ ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Livro VIII, 2ª Ed., Lisboa, Vega, 1993, pp. 45-46.

⁷ Arquitectos Custódio Vieira (c.1690-1744?), Manuel da Costa Negreiros (1702-1750), Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785), Caetano Tomás (act. 1718 ?-1764), Manuel Caetano de Sousa (1742-1802)

Quanto à questão do acampamento militar, não oferece grandes dúvidas. Sobranceiro à colina do Castelo, oferecia uma boa vigilância e proteção dos inimigos. Já que se tratou dum cerco, com auxílio duma importante frota de cruzados, era natural que os pontos estratégicos fossem ocupados no cerco.

No entanto, a questão do edifício já será mais complexa, pois as referencias não são consistentes. Segundo as descrições constantes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos dezasseis livros relativos ao convento de Nossa Senhora da Graça pode-se descrever o processo de constituição do convento.

O Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa foi um convento masculino da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (Ordo eremitarum Sancti Augustini), ou Agostinhos Calçados, aqui se instalando a sede Provincial da Ordem. O convento foi também conhecido por Convento de Santo Agostinho de Lisboa ou por Convento de São Gens de Lisboa. Portanto de Almofala para Graça, passando por Santo Agostinho, estamos portanto nomes em transição. Mas há que ter em atenção aos dados.

Segundo as fontes que analisamos, no século XII havia uma

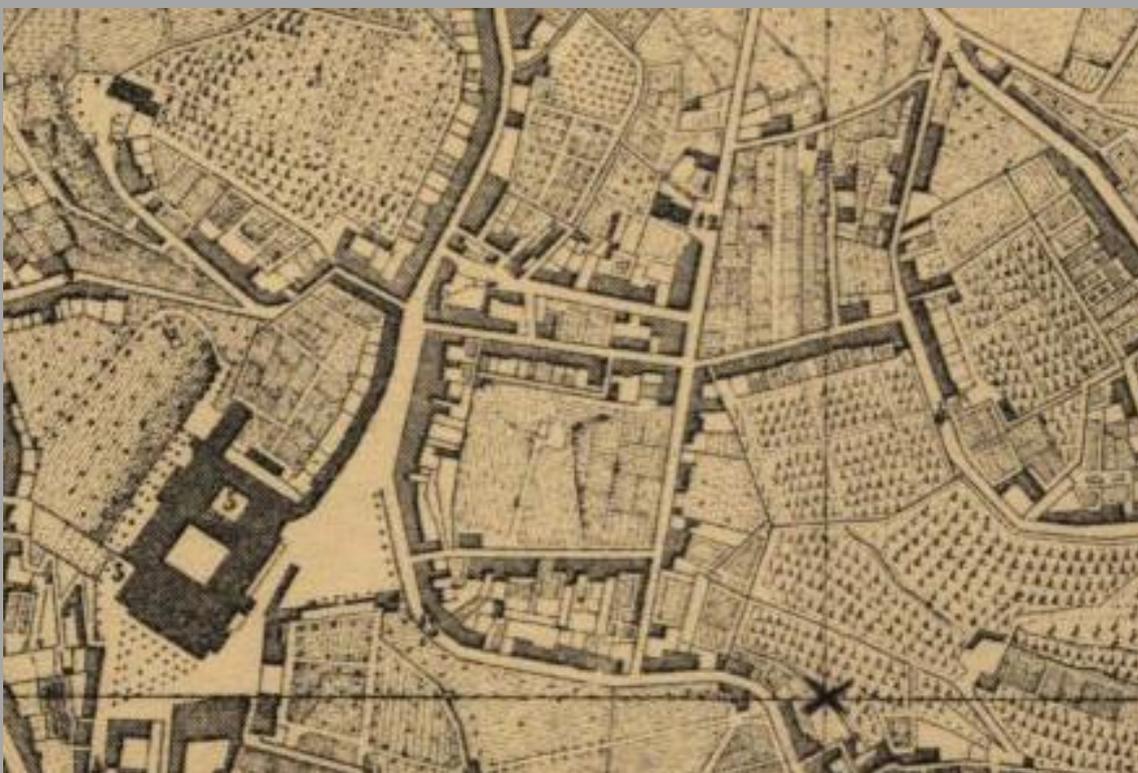


Ilustração 2 Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque, 1871. Na legenda, com a nº 3 igreja de Santo André, Santa Maria da Graça, com nº 5 Quartel de Infantaria, com o nº 12 a igreja da de N^a S^a da Glória e a Sr^a do Monte em cima do lado direito a negro. Do lado esquerdo, no canto superior, sem numero de legenda, o edifício a negro, a ermida de São Gens (BNL)

comunidade de ermitas sediada no monte de São Gens, junto à ermida de Nossa Senhora do Monte. Uma ermida que ainda hoje existe. Seria aí o primeiro espaço dessa comunidade? Nessa comunidade, que já seria um convento, era presidida em 1243, pelo frade agostinho João Lombardo (que teria vindo da Lombardia) que, depois do Capítulo Geral de 1256, foi encarregado pelo geral Lafranc Septala de organizar os Agostinhos em Portugal. Ainda segundo os registos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 1271, é esta comunidade, com um total de 50 frades, que vai ser transferida para o bairro de Almofala, dentro da cidade com apoio do rei Afonso III. Em 1291 surgem como residentes no convento o então chamado Convento de Santo Agostinho.

A questão pode parecer irrelevante, mas atendendo a questão da construção da chamada “Cerca Fernandina”, uma muralha de defesa da cidade, que a história dá como tendo sido feita pelo Rei D. Fernando em 1371, no quadro das guerra com o Reino de Castela, para substituir a velha “cerca moura” que apenas incluía a cidade mourisca adossada ao morro do castelo, o novo convento passa a estar no interior da cerca, ao passo que velha ermida, embora a menos de duzentos metros em linha reta se situa nos arrabaldes, fora da cidade. Isso mesmo se pode ver na “Panorâmica de Lisboa”.



Ilustração 3- Panorâmica de Lisboa Gravura de Lisboa no século XVI, de George Braunio,1572. Aqui distinguimos o convento dentro do recinto amuralhado e a ermida, fora da cidade, no topo da colina. No interior uma malha já urbana, no exeriro, um espaço agrícola.(Museu da Cidade)

Estamos portanto perante uma zona de transição, entre a cidade murada e a sua envolvente, com o convento a constituir uma porta de entrada. Essa circunstância faria naturalmente acrescentar renda à ordem, o que explica o seu crescimento e expansão. Se inicialmente

o Convento tinha a invocação de Santo Agostinho em 1305, vai mudar a invocação para Nossa Senhora da Graça, por disposição do oitavo Geral da Ordem dos Agostinianos, Frei Francisco do Monte Rubiano, e em cumprimento de voto por ele feito em Roma. Aí se fixa a cabeça da Ordem dos Agostinhos em Portugal, que em 1447 se autonomizam dos de Castela, constituindo uma Província. Sendo este o seu principal convento, existem também outros conventos, masculinos e femininos, no Porto, em Coimbra, Braga, Évora, Torres Vedras, Vila Viçosa, Castelo Branco, Tavira, Loulé, que agora não nos interessam. Interessa-nos reter, que este espaço de fronteira da cidade se transformar no centro agostiniano no país, atraindo com isso movimentos de gentes e bens.

Mas para além disso, como lugar de culto, onde era vulgar à época a nobreza procurar assegurar a salvação eterna, pela proximidade ao altar, assegurando a obra do convento através da instituição de capelas. Assim em 1472, sabemos que instituem capela no convento, Rui Gomes de Alvarenga e D. Melícia de Melo, pais do III vice-rei da Índia Lopo Soares de Albergaria (1515-1518). Em 1506, Afonso de Albuquerque o II Vice-rei da Índia à data da sua partida para a Índia, deixa em testamento instituindo uma capela na igreja do convento da Graça, onde estavam sepultados seu pai e seu bisavô. Ele próprio será aí sepultado em 1566. Para além das famílias nobres do reino, também alguns cardeais patriarcas de Lisboa, provavelmente oriundos da ordem, aí serão sepultados.

Em 1544 o rei D. João III doa ao convento os terrenos a norte e oeste, exteriores à referida cerca Fernandina, passando então a integrar a propriedade das terras do Monte de São Gens e o Vale de São Francisco. Estamos perante uma reorganização da propriedade ou uma continuidade de usos, já que como vimos, a presença dos frades neste espaço já era antiga. Sabemos que Lisboa é alvo de vários tremores de terra. O mais conhecido é o de 1755, que foi particularmente destruidor. Mas sabemos que este tipo de sismos apresenta alguma regularidade, existindo relatos dum grande sismo em 1531, e dum outro no século XIV. São eventos que necessariamente afetam a estrutura do convento e exigiam obras e rendimentos.

Em 1551, residiam no Convento cerca de 70 frades, com 13 capelas, umas de instituição particular e as de Nossa Senhora da Graça, Santa Ana, São Marçal, as 3 com irmandades, Espírito Santo, da Assunção e Santa Mónica com uma renda 2.500 cruzados. Entre 1556 e 1565, provavelmente na sequência do terramoto de 1511, é reedificada a igreja com três naves.

Em 1572, os Eremitas de Santo Agostinho estabeleceram-se em Goa e formaram mais tarde a Congregação da Índia Oriental. O que representa a expansão da Ordem para os territórios do Império.



Ilustração 4 Procissão dos Passos da Graça na Quaresma

Uma outra questão, esta relativa à importância deste Convento no sítio, é a constituição em 1586 da Irmandade de Vera Cruz e Passos de Cristo, por Luís Álvares de Andrade, paroquiano de São Nicolau e pintor régio. Este personagem vai organizar no ano seguinte pela primeira vez a Procissão dos Passos da Graça, na Quaresma. Esta será uma procissão que se continua a realizar até à atualidade, ligando a igreja de São Domingos, no Rossio, à colina da Graça

Em 1609, em Goa, a 30 de outubro, o arcebispo D. Frei Aleixo de Meneses passou certidão em como cedia para sacrário do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a caixa de cristal, que lhe tinha sido oferecida pelo rei de Ormuz, por ser o Mosteiro onde o arcebispo tinha sido criado, conforme carta que estava em poder do padre procurador-geral da Província de Portugal na Índia.

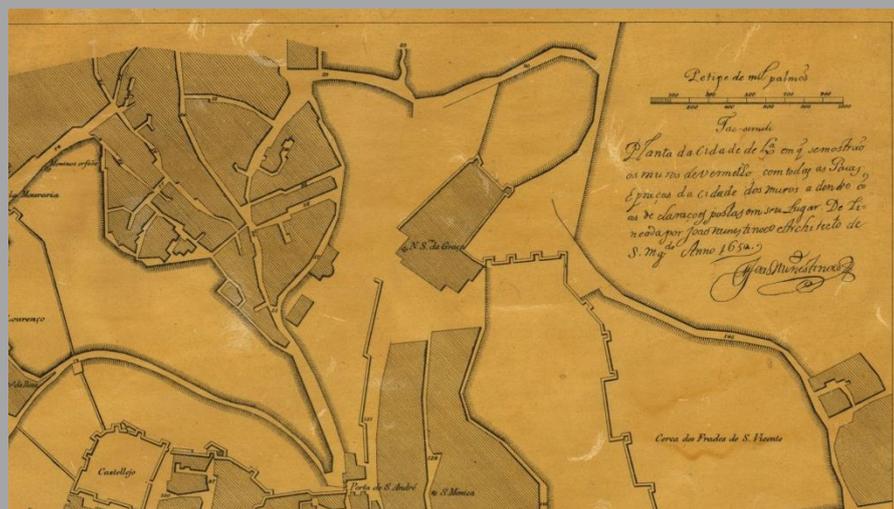


Ilustração 5 Planta de João Nunes Tinoco, de 1650, com desenho da muralha fernandina. São visíveis os dois torreões na zona norte (BNL)

Em 1755, o terramoto provoca a derrocada parcial da igreja. Com destruição da fachada, das abóbadas da capela-mor e do cruzeiro. Na

reconstrução, optou-se por um interior sóbrio, ao gosto dos finais do século XVIII.

Em 1817, a 3 novembro, a Irmandade dos Passos deixou de ser titular dos cinco padrões de juros reais a ela legados por D. Frei António Botado, e em 1829, D. Miguel tornou-se provedor perpétuo da Irmandade do Senhor dos Passos, que passou a ser denominada Real.

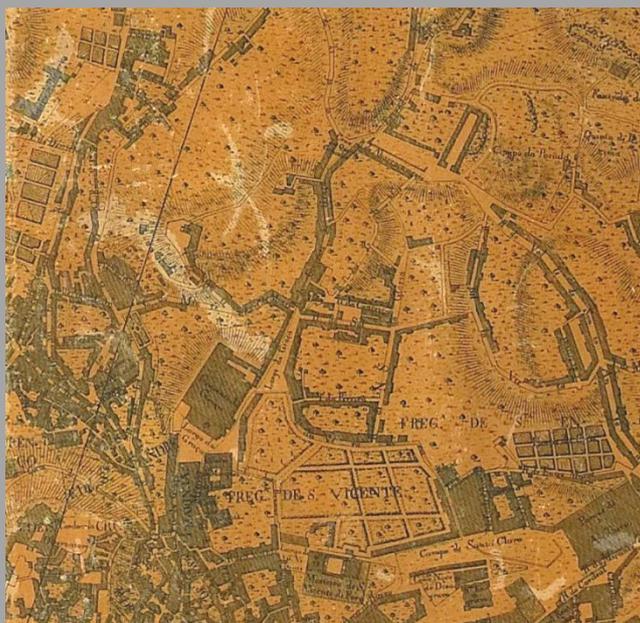


Ilustração 6 Carta Topográfica de Lisboa de Duarte José Fava, 1826 (BNL)

Em 1834, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Os bens foram incorporados na Fazenda Nacional, tendo a igreja, a sacristia e a casa do capítulo sido entregues à Irmandade do Senhor dos Passos.

A cata topográfica de Duarte José Fava, feita em 1826, mostra-nos um espaço urbano em consolidação ao longo de eixos viários. Do convento sai um arruamento já bem definido com casario até aos quatro caminhos. No fim do largo, a calçada da Sr^a. do Monte já bem desenhada em direção à ermida, e em direção ao vale de Santo António, a Rua do Sol e das beatas que parecem indiciar a importância da Igreja de N^a. Sr^a da Gloria.

A planta de William Clark, publicada em 1840, que provavelmente teve por base a anterior, mostra com um melhor detalhe a área urbana que envolve este importante mosteiro. Nele se podem verificar o surgimento de alguma malha de acessos, que não se virão a consolidar nos anos seguintes.

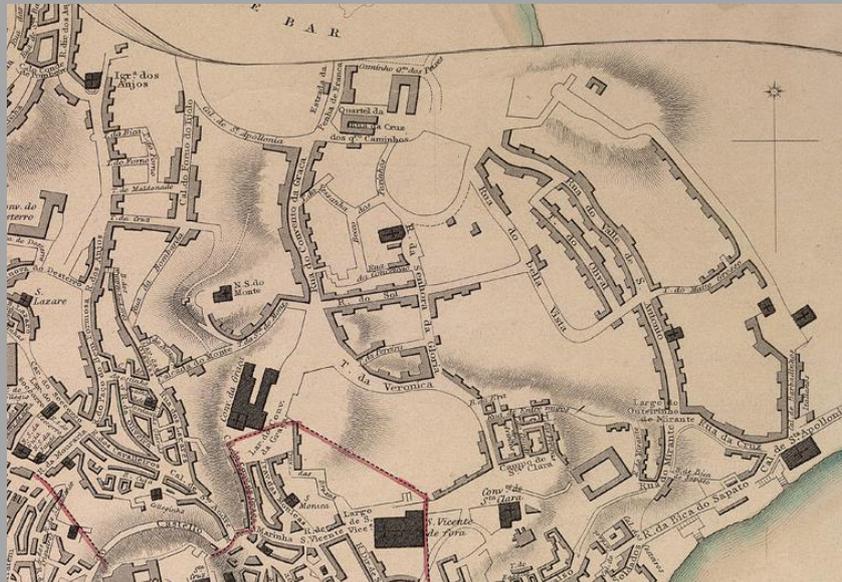


Ilustração 7 Carta Topográfica de William Clarke, 1840 (BNL)

Interessa acentuar que na dinâmica deste espaço, o processo que conduziu à extinção das ordens religiosas, com a consequente integração dos seus bens na fazenda pública, dá o impulso decisivo à transformação do espaço, com o alargamento da cidade para além das velhas muralhas fernandinas, que em grande parte ainda permaneciam como uma barreira entre a cidade e o arrabalde.



Ilustração 8 Carta Topográfica de Lisboa, de Filipe Folque 1871 (BNL)

Se agora compararmos esse espaço com a Carta do Levantamento de Filipe Folque, publicada em 1871, com trabalhos de terreno ente 1856 e 1859, verificamos para além do eixo da rua da Graça, o acesso a quartel de Sapadores se consolida pelo eixo da Calçada de Santo António, criando no vale de Santo António um bairro que irá consolidar como área residencial nos anos seguintes. Importa ainda salientar que de espaço de fronteira, este pedaço de cidade torna-se entre o final do século XIX e princípios do século XX, numa importante centralidade na cidade. Para tal será porventura importante a instalação da gare ferroviária no antigo convento de Santa Apolónia, que permitirá uma ligação desta área de cidade ao resto do país. A tudo isso carece a instalação nessa área de várias tipografias e duma importante dinâmica de associativismo operário, que levará a criação da Escola Oficina nº 1 e a Sociedade "A "Vos do Operário", duas importantes instituições de ensino voltadas para as classes laboriosas, instaladas na não menos significativa Rua da Fraternidade Operária, que reforça no final do século a ligação entre este Bairro e o Largo de São Vicente, em alternativa à velha ligação do Campo de Santa Clara.

Mas antes de avançarmos com os traços da modernidade, importa ainda esclarecer neste espaço, para além da relevância do Colégio de Santo Agostinho, da importância de outras duas construções religiosas. A capela da Senhora do Monte, e a Igreja de Nossa Senhora da Glória. A primeira no morro de São Gens e segunda encaixada no vale de Santo António. Já acima nos referimos à possibilidade de que o primitivo mosteiro estivesse localizado em São Gens. A dúvida que se nos colocou é saber se existirá uma relação entre os dois espaços, pois pela sua configuração, a sua localização a meio da encosta seria mais favorável ao desenvolvimento de atividades agrícolas, e a ermida, no topo, mais favorável à meditação.

A Capela de Nossa Senhora da Glória que foi edificada em 1776, após o terramoto de 1755, por essa Irmandade, que nela foi constituída. Não sabemos se resultou duma reconstrução dum espaço previamente existente. Pela localização, encaixada no vale, voltada a nascente, com terrenos de encosta e possibilidade de recolha de águas pluviais, parece-nos um espaço adequado para as atividades agrícolas, tão necessárias à vida das dezenas de frades do convento.

O que sabemos é que Irmandade de Nossa Senhora da Glória decidiu construir uma capela dedicada à Virgem Maria onde se abrigasse um

painel “que existia junto da força, ao cardal da Graça”⁸. Um painel que evocava a Senhora da Glória, objeto de culto da população. Uma informação que nos revela, a presença duma força, instrumento de punição, provavelmente eclesiástica e de um cardal, um espaço que indicia a presença de um terreno seco. A flor do cardo era, nos tempos anteriores à industrialização, um dos processos de proceder à fermentação do leite para a fabricação do queijo. Um espaço que coincidirá com os quatro caminhos.



Ilustração 9- Pormenor da Grande Vista de Lisboa de Gabriel del Barco, silhar de faiança de 1725, Lisboa, Museu do Azulejo. Representa uma vista da cidade de Lisboa antes do grande terramoto de 1755. Ao fundo, no alto do Cerro é visível o convento do Carmo isolado.

Quanto à Ermida da Senhora do Monte, sabe-se que a atual construção data de 1796, num local um pouco mais acima do local original, arruinado com o terramoto de 1755 e é obra do arquiteto Honorato José Honorato José Correia de Macedo e Sá⁹. Ora se primitiva ermida se situava a meio da encosta, e teria sido construída, segundo a tradição no local onde o primeiro bispo de Lisboa, São Gens teria sido martirizado, reforça-nos a dúvida sobre a possibilidade da sua ligação à tal Capela da Senhora da Glória.

Também relevante para a nossa pesquisa está a questão do culto a São Gens. Segundo os relatos da tradição os frades Agostinhos tomaram conta da ermida, colocaram no seu interior, a cadeira de pedra que pertencera ao santo. Essa cadeira deu origem a uma lenda segundo a qual, as senhoras grávidas que lá se sentassem tinham partos sem complicações. Maria Ana de Áustria, Rainha de Portugal, mulher de Dom João V foi lá sentar-se quando estava grávida do

⁸ SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.), Dicionário da História de Lisboa, 1.ª ed., Sacavém, Carlos Quintas & Associados – Consultores, 1994, p. 638.

⁹ Arquiteto do Século XVIII, um dos designers das peças escultóricas do aqueduto das agias livres, nomeadamente os chafariz da junqueira.

herdeiro do trono. Daí a questão da romaria que manterá a centralidade cíclica do como local durante mais de quinhentos anos.

Esta atividade terá também marcas no espaço. Como já vimos acima em 1271 os eremitas de Santo Agostinho mudaram-se para o antigo campo militar, edificando o Convento da Graça. No local foi criada a irmandade de São Gens, tendo-se o seu culto mantido ao longo dos anos. Com a expansão da ordem dos agostinhos, este recuperam a direção do espaço em 1306, sendo governado por um capelão e um donato. Como vimos, Dom João III em 1540, reforçará a propriedade do espaço. Em 1755 a ermida é completamente arrasada no terramoto, tendo sido reconstruída, primeiro em madeira, e posteriormente pela estrutura atual, numa localização ligeiramente mais acima do original. A ermida mantém-se até à atualidade como lugar de culto das mulheres grávidas. Os seus usos mantêm-se para além das dúvidas de sobre o espaço. A questão relevante será portanto tentar identificar, neste espaço, se as marcas dessas atividades sociais estão presentes como património.



Ilustração 10 Pormenor de Litografia de Mestre Luíz Pereira Leite, 1850, BNL

Com a extinção das ordens religiosa em 1834 as propriedades dos Agostinhos no Monte são adquiridas por Clemente José Monteiro, a quem o Governo confia a conservação e manutenção do culto na ermida. Com o falecimento deste, em 1848 é reorganizada a antiga irmandade dos Escravos de São Gens e de Nossa Senhora do Monte, tendo voltado à administração agostiniana. Com a extinção das ordens religiosa, os bens dos frades Agostinhos da Graça revertem para a Republica. Como podemos constatar, o culto mantêm-se para além da propriedade e das formas de gestão do sítio. O que parece ser determinante neste domínio é a relevância social que lhe é atribuída, que se vai mantendo e ajustando às diferentes dinâmicas políticas.

Regressando após esta análise das fontes históricas à litografia do nosso trisavó, a dimensão da festa / romaria ganha novo relevo. Como acabamos de ver este lugar da cidade, apesar da sua proximidade ao centro antigo, era em meados do século um espaço ainda muito ruralizado, onde se verificava uma forte romaria. E quem serão os personagens centrais. Será uma dança, como sugere a catalogação da BNL, ou será algo de diferente, que esteja relacionado

com o sagrado. Na verdade o par não parece estar em movimento. As crianças atrás de personagem feminina sim estão claramente em movimento.

O personagem masculino sentado sobre uma pedra com a sua mão direita erguida parece que está a dar uma bênção enquanto a mão direita segura na mão da mulher jovem. O cantil que transporta, a única personagem que exhibe esse adereço, parece poder significar um dos elementos dos sacramentos administrados à mulher jovem. Esta, por sua vez, enquanto toca com a sua mão esquerda o homem sentado, ergue a mão direita em gesto que parece de evocação. Os seus pés assentes no chão não sugerem qualquer movimento locomotor.

A composição clássica, assente na oposição de triângulos sugere que algo se passa para além do que os olhos veem. A posição do narrador, de costas para a cena, sugere que algo se passa nas suas costas. Não parece haver dúvida que esta litografia retrata uma sociedade em mudança, um tempo de contrastes. A igreja em ruína, onde a vegetação começa a ocupar o lugar das pedras, ainda que o convento, mais ao longe aparente estar em condições de uso, indicia essa mudança. A naturalização do cenário sugere essa mudança. Talvez uma outra forma de viver a religiosidade.

A questão biográfica nos estudos urbanos

Mais acima falamos, a propósito das metodologias de diagnóstico, da importância das histórias de vida e das narrativas biográficas para entendimento das dinâmicas e das memórias dos atores dos espaços. As histórias dos territórios são muitas vezes contadas pelos próprios, em narrativas aos seus, por viajantes que por ele passaram. Em alguns casos, na malha urbana fica o registro destas personagens nos nomes dos lugares e das ruas¹⁰. Esse registro é um importante instrumento que complementa as recolhas de histórias de vida que podem ser feitas aos habitantes dos lugares.

Os modos como os lugares são usados, sobretudo os modos de uso e funções dos lugares públicos são importantes indicadores para entender, nos tempos mais antigos a morfologia do espaço. Sem esquecer a questão das sonoridades das paisagens, que mais à frente avançaremos, é preciso não esquecer que o território é um espaço onde se concentram diferentes dimensões. A dimensão humana, enquanto espaço político, a dimensão ecológica, enquanto espaço natural de uso urbano, e a dimensão simbólica. A compreensão dessas dinâmicas não é fácil e exige algum trabalho de observação e vivência no espaço. Uma recomendação que em todas as aulas não deixava de dar aos alunos. “*O urbanismo faz-se com o pé no pó!*” Era uma frase que repetia até à exaustão, como forma de sensibilizar os futuros profissionais que o projeto, o ato de planejar parte sempre dum retrato. Um retrato é sempre uma síntese do real. Depende do que é e como se capta esse real, que poderá ser tão diferentes, quão diferente forem os atores locais. Por essa razão, chamava a atenção para que da passagem do diagnóstico ao plano haveria que fazer um exercício de síntese. A partir dessa síntese é necessário criar um conceito gerador que orienta o plano.

Essa dimensão de planejar não é apenas um exercício técnico. É sobretudo um encontro com um espaço. É necessário entender esse espaço e a sua articulação com o contexto. Nesta caso concreto, o nosso encontro com o espaço, feito através desta litografia deste meu parente, também permitiu descodificar várias ações que eram práticas familiares, que passaram de geração em geração, e que através deste desenho ganharam novos contornos.

¹⁰ A toponímia constitui um importante recurso para analisar as dinâmicas do espaço. Alfredo Tinoco, nas suas peregrinações pelo Bairro da Graça não deixava de chamar a atenção para este elemento que permite entender a organização e a dinâmica do espaço. (Tinoco, 2009)

A história resume-se em poucas palavras, e relaciona-se com este "culto" das pedras que o desenho revela. No mês de maio, havia o costume do meu avô paterno, acompanhado pelo meu pai, de viajarem no comboio de linha de Sintra, entre Lisboa e o Cacém, saindo nesta estação, dirigindo-se depois para norte umas centenas de metros até a uma fonte que brotava duma pedra. A partir dos meus sete anos, se a data coincidia com algum dia de descanso escolar, eu também acompanhava a expedição masculina da família.

Achava eu, na altura, este passeio um tanto estranho. Fazer uma viagem de comboio, seguido dum passeio a pé para estar alguns minutos junto duma fonte, refrescar a fonte se o dia era de calor (na época não era recomendável beber água das fontes naturais nesta periferias). A explicação que me foi dada foi que num certo dia, era o meu pai uma criança e estando gravemente doente, o seu pai (meu avó), desesperado, saiu desesperado e sem rumo de casa. Nas suas deambulações teria ido dar aquele local e nele se deteve algum tempo tendo posteriormente regressado a casa. Quando regressa o febrão do meu pai tinha passado e à tal viagem foi atribuída uma função "milagrosa".

Na época, por volta de 1925, não havia os recursos farmacológicos contemporâneos, pelo que a mortalidade infantil era elevada. Os meus avós paternos já haviam perdido os dois primeiros filhos, ambos varões. Havia aqui algum peso simbólico. Embora a família do meu pai não fosse religiosa, do tipo de frequentar as igrejas do bairro ao domingo como era vulgar na pequena burguesia urbana do bairro Lisboa em que vivíamos, esta estranha relação com o natural foi passando, sem que eu a interrogasse em demasia.

Entretanto, a tal nascente e sua pedra acabou por desaparecer com a expansão urbana, substituída por uma escola. A peregrinação passou a ser mais rápida indo-se apenas até ao local e acabando por tomar um refrigerante num café das redondezas. Com a morte do meu avô, o meu pai continuou a fazer o percurso anualmente, e eu acompanhava-o ocasionalmente. Numa das últimas idas ao "sítio" do Cacém, modo sintético como era referido em contexto familiar, acabei por perceber que afinal a romaria era mais antiga que o tal "milagre", pois já o meu bisavô, e antes dele o tal trisavô Luiz Pereira Leite também já a faziam. Na altura fiquei ligeiramente surpreendido, mas rapidamente me esqueci da história até estar a trabalhar neste artigo.

A questão do culto da pedra na natureza que a litografia mostra, pode estar também relacionada com o modo de vivência do o espaço de que esta romaria tradicional da família é um exemplo. Uma tradição que sempre foi essencialmente masculina, e que só agora me apercebi do seu significado. Uma tradição que, regressando ao espaço da Graça, está bem demonstrada na romaria ao monte de São Gens e à velha procissão do Senhor dos Passos.

É sabido que nos modos de religiosidade popular em Portugal, há uma vivência dual do tempo sagrado. Há em todas as festas um tempo sagrado ao que se sucede uma festa profana. As festas sagradas implicam normalmente um movimento no espaço (uma procissão) entre dois lugares simbólicos. Pode concretizar-se no interior duma área urbana, ligando dois pontos, normalmente igrejas, ou pode ser um movimento para o



Ilustração 11 Procissão do Corpo de Cristo em Lisboa. Início do Século. Fotografia de Chaves Cruz no AFL

exterior, normalmente par um ponto sobranceiro ao núcleo urbano, para o interior da cidade, também, ele sagrado. Também ocorrem movimentos em torno de ermidas ou santuários isolados, que tomam o nome de peregrinação. O movimento religioso da procissão é organizado e enquadrado pelas confrarias, enquanto os movimentos profanos são mais informais, podendo ser ou não organizados por grupos, mas decorrendo de forma mais ou menos organizadas. A modernidade, como sabemos tem vindo a invadir o espaço e o tempo sagrado, introduzindo novas e intensas formas profanas.

Ora um outro elemento que analise deste espaço permitiu descobrir relaciona-se com os processos de integração da população negra, muitos deles escravos, ou mesmo libertos na sociedade do seu tempo. Noutros trabalhos temos vindo chamar a atenção para a presença nesta igreja de 4 santos de devoção dos negros, pertencentes à Irmandade nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos, inicialmente localizada no Mosteiro de São Domingos no Rossio (Henriques, 2013) , Como vimos, a procissão do Senhor dos

Passos que se realiza na Quaresma, realiza-se entre estes dois conventos, desde o século XVI. Este trabalho permite evidenciar esta questão.

O altar da Irmandade do Rosário dos Pretos e os Santos Negros da igreja da Graça mostram um fenómeno que se relaciona com os processos de integração da população negra na sociedade. Lisboa foi, desde os inícios do século XVI um importante porto de escravos africanos. Um comércio que se manteve até à proibição da sua importação pelo Marquês de Pombal, em 1763. A abolição apenas será efetivada em 1854, com os escravos da igreja a serem libertados dois anos depois, e nas terras do império em 1869. Através da participação nesta procissão, os africanos integravam-se na sociedade da época. Nos registos da época há notícias da vivacidade da sua presença na procissão. Uma dês personagens mais castiças do tempo, que ficou imortalizado na arte do ceramista Bordalo Pinheiro foi o Pai Paulino, um dos irmãos desta confraria.

A relevância da herança africana na cidade, que é uma questão que se tem mantido no esquecimento e sobre a qual temos trabalhado¹¹. O esquecimento enquanto fenómeno social traduz uma impossibilidade de reconhecimento do outro. Uma dificuldade em reconhecer as dinâmicas que se traduzem na materialidade de cada um. O rastreio que conduzimos nesse artigo levou-nos à conclusão que a ausência do reconhecimento da herança africana nas instituições de memória é um sintoma da incapacidade de se ler o presente. No caso da cidade de Lisboa, como verificamos, a relevância da participação da população negra, nas atividades urbanas, são sinais da sua busca de integração. São trocas que se concretizaram neste espaço, que estão hoje materializadas nos “quatro santos” negros (Santo António de Noto e São Benedito de Palermo Santo Estêvão e Santa Efigénia) que ladeiam a figura da Senhora do Rosário na Igreja da Graça. São sinais que se encontram neste espaço e que demonstram a sua articulação com a história da cidade, uma articulação que hoje se mantém esquecida. A relevância da questão biográfica para os estudos urbanos resulta da riqueza de lhe é adicionada pelos olhares particulares, pelas experiencias vivenciadas, que ajudam a compreender as dinâmicas intersubjetivas

¹¹ Veja nomeadamente o nossa intervenção “Heranças Esbranquiçadas: A herança africana nos museus portugueses” no II Seminário sobre “Arte Cultura e Poder, que se realizou no Rio de Janeiro, em outubro de 2013. in <http://hdl.handle.net/10437/4643>.

do espaço. E é no âmbito da intersubjetividade que enquadrámos a questão da poética do espaço.

A poética do espaço

A procura do espírito do lugar parte do espaço como um instrumento de análise para a alma humana. Como acima enunciámos, o termo é proposto por Gaston Bachelard, que procura, a partir das imagens desencadeadas a partir de diferentes espaços, criar uma fenomenologia do conhecimento que integre diferentes disciplinas do conhecimento. Nesse livro



Ilustração 12 rua de acesso à Ermida de São Gens. Lisboa 2014, foto do autor

Bachelard explora diferentes espaços, essencialmente domésticos de pessoais, tais como casa, porão, sótão, cabana, gaveta, cofre, armário, ninho, concha e canto, onde procura captar, através das suas imagens essência da imagem. A sua pureza cristalina.

O que temos vindo a propor no âmbito da Poética do Espaço nos estudos urbanos e do património é a utilização dos processos inerentes à Carta do Património para procurar e construir essa poética como conceito gerador dos trabalhos urbanos e patrimoniais. A partir dessa essência procuramos a sua dimensão utópica (de para além do sítio dentro do sítio) como um ponto de partida para a construção de conceitos estruturantes de propostas de narrativas feitas a partir dos utilizadores dos espaços. Confrontar os utilizadores dos espaços com a sua experiência nesse mesmo espaço, seja pela forma como nele se movimenta, seja pela sua história de vida, seja pela memória da sua experiência permite captar de forma intuitiva os processos de transformação do espaço. A poética apresenta uma dimensão exegética (de exegese ou transcendência) que liberta significados contidos nas formas, através da verbalização e ritualização (os movimentos pendulares e as festas). Ao mesmo tempo apresenta uma dimensão inclusiva ou teórica, (a imanência, como uma busca do todo na essência das coisas) porque produz um discurso contextualizado num espaço e num tempo, onde

tradicionalmente se procuram captar os fenómenos. Ora este discurso contextual recria sucessivamente a experiência social, constituindo as narrativas desenvolvimento delas mesmas.

A poética como ato comunicativo permite produzir significados plurais e traduz-se por uma experiência do sensível. Uma viagem dos sentidos pelo espaço na busca de momentos processuais. A poética como experiência urbana é uma experiência de intersubjetividade onde os diversos sujeitos se deslocam no tempo e no espaço em torno de objetos socialmente significativo, de herança comum, para, em conjunto reconstruírem os elementos que lhes são comuns, criando novos sentidos e novos processos.

Essa dimensão permite introduzir, no âmbito dos estudos do património e da sua utilização no âmbito dos estudos urbanos as questões do património que tem permanecido esquecidas. Tal é por exemplo o caso do património da paisagem onde podemos analisar os sistemas de vistas, os modos como as

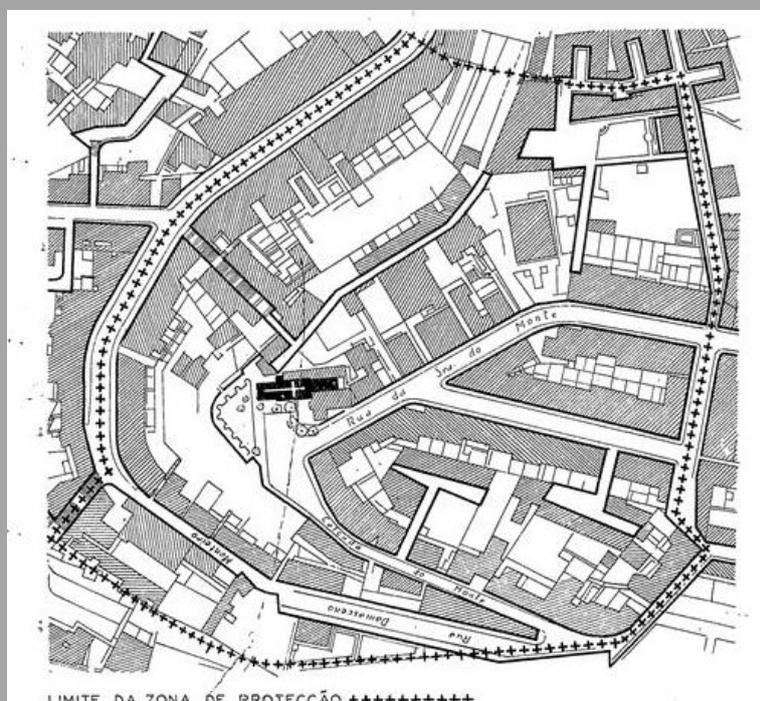


Ilustração 13-área de proteção patrimonial da Capela de são Gens. Registo no nº 5009 do Instituto do Património Arquitetónico

sonoridades são vividas, os cheiros e os odores que emanam dos diversos elementos naturais e industriais, as experiências sensíveis do movimento no espaço, tais como os percursos de conforto sol sombra, os túneis de ensombramento para conforto pedonal. As acessibilidade e o conforto no uso de espaço público, a localização dos equipamentos são elementos integrantes da experiência urbana que devem ser levados em linha de conta no processo de planeamento urbano, aos quais a carte do património constitui um instrumento de trabalho adequado no seu diagnóstico e processo de produção de programa propositivo.

Trata-se de um conjunto de matérias que temos vindo a trabalhar¹² e que alargam o âmbito da relevância da questão patrimonial nos Estudos Urbanos e permitem questionar o que protegemos com o atual sistema de proteção patrimonial.

O que é que se procura conservar e para que nos serve o património no âmbito dos Estudos urbanos e de que forma as cartas do património de transformam num instrumentos útil para procurar essa poética do Espaço. Como todos os problemas, há que colocar em equação os termos de trabalho. O que é que há de comum nas disciplinas de urbanismo e do património.



Ilustração 14- Pormenor de Portão de Acesso a Espaço Senhorial nas Imediações da Ermida de São Gens. foto do autor 2014

São fenómenos que tem de comum serem processuais, manifestam-se no tempo e no espaço, e ambos geram uma ação urbanística, seja através de programa ou projeto¹³.

A equação é válida porque procurará responder a três desafios contemporâneos. O primeiro é o de que os processos urbanos contemporâneos, onde o património se incrustou como espaços ilhas sacralizados, que gerou uma arquitetura sem escala, sem memória e sem relação com a envolvente, importa interrogar qual é o lugar para o património.

O segundo desafio, é o de como é que pensamos o presente que queremos, como projeto de futuro. A programarmos

ou projetarmos, escolhemos sempre



Ilustração 15 O espaço senhorial transformou-se no século XX em espaço operário. Fotografia das vila operária em 2014

¹² Algumas destas experiencias estão relatada no arti Heranças Globais – Memórias Locais, nº 2 Spring 201 (http://hdl.handle.net/10437/3966)

¹³ Distinguímos aqui programa, como conjunto de intenções para alcançar um fim, do Projeto, que constitui uma modelização duma realidade que se pretendo construir.

dimensões do passado a partir das quais construímos o real. Sendo o presente resultado dos fluxos de ações do passado, a nossa capacidade de leitura do presente é apenas uma possibilidade. Umhas possibilidades que contudo afeta a construção desse futuro, porque como todas as ações são transformadoras.

Finalmente o terceiro desafio, já clássico dos estudos patrimoniais, é o de decidir, se o novo projeto ou programa implica reconstruir as velhas formas e reutiliza-las ou construir de novo.

Não são decisões fáceis nem tão pouco suscetíveis de criar unanimidade. É conhecida a polémica entre modernistas e tradicionalistas. Uns a defenderem que o património deve ser colocado ao serviço da modernidade, valorizando a sua função simbólica e introduzindo a análise do património como mercadoria, onde o seu valor de troca define o seu valor de uso;



Ilustração 16 Fragmentos azulejares oitocentistas, reutilizados como decoração de espaço verde. Possível localização de claustro. foto do autor 2014

outros a olharem para o património como símbolo da nostalgia do tempo perdido, um sentimento comum à formação das memórias. A carta do património como processo de gestão procura propor soluções para gerir estas diferentes dinâmicas processuais. O conceito gerador da Carta do Património é uma proposta de compromisso sobre esta questão. A resposta à questão sobre o que é que estamos a proteger com os nossos instrumentos de proteção patrimonial só pode ser encontrada em processo.

Bibliografia

- Bachelard, G. (1994). *LA POÉTIQUE DE L'ESPACE*. Paris: PUF.
- Choay, F. (2008). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Henriques, I. e. (2013). *Lisboa Cidade Africana: Percursos e Lugares de Memória da Presença Africana - séculos XV -XXI*. Lisboa: Marca D Água.
- Tinoco, A. (2009). *Património Industrial e Pré-ndustrial : da obra à memória*. Lisboa: Colibri.

